Ata da assembléia ordinária nº 02/2024 do Conselho Municipal de Educação de Juquia-SP. No vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, as nove horas da manhã, em primeira chamada, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Educação de Juquiá, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Mohamed Said Hedjaze, nº 42, Bairro Floresta. A convocação ocorreu em conformidade com as normas vigentes, contando com a presença dos membros titulares Ana Paula Martins Nunes dos Santos, Janete da Silva Santos Cordeiro, Maria Cléia de Souza, Nelma Cristina Alves Ribeiro, Rosana Moreira de Lima, Simone Pierri Rosa e Simone Aparecida Passos dos Santos, além dos suplentes, Janaina Cristiane da Silva Barbosa e Joelma de Lima Rodrigues Vieira. Participou também a Supervisora da Educação Infantil, Renata Motta Lima de Souza. A reunião foi presidida por Ana Paula Martins Nunes dos Santos, Secretária Municipal de Educação, que deu início aos trabalhos apresentando a pauta: elaboração de resolução para regulamentar a quantidade de alunos por classe na rede municipal de ensino de Juquiá e a pactuação com o FNDE no programa Escola de Tempo Integral (ETI). Sobre a resolução, explicou que sua elaboração foi motivada por apontamentos do Tribunal de Contas, que, em duas auditorias, destacou em seus relatórios a ausência de regulamentação quanto à quantidade de alunos por classe. Para atender à legislação sobre essa regularização e assegurar a gestão democrática, o Conselho foi acionado para deliberar sobre a questão, buscando uma definição pautada no bom senso e no cumprimento das leis vigentes. A Supervisora de Ensino da Educação Infantil, Renata Motta, abordou as diferenças no atendimento às crianças de acordo com as faixas etárias e suas especificidades, ressaltando a importância do perfil adequado dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino. Durante a reunião, Renata destacou a recente Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, como base para nortear a elaboração da resolução municipal. Ana Paula explicou que, para atender às exigências da nova resolução, será necessário um período de adaptação pela nova gestão municipal, que incluirá a ampliação do quadro de servidores, ajustando-se às necessidades identificadas. Sobre o Ensino Fundamental, a Supervisora de Ensino Joelma Lima esclareceu que, até o momento, não há legislação específica que determine a quantidade de alunos por classe. Ela mencionou o artigo 25 da LDB, que, em seu parágrafo único, delega aos sistemas de ensino a definição de parâmetros para a relação adequada entre número de alunos e professor, considerando as condições disponíveis e as características regionais e locais. Joelma também citou a existência de

of st

Ja Spran

John I

R. P.

existência de pareceres e projetos de lei em tramitação no Senado sobre o tema, embora nenhum tenha sido aprovado até agora. O Conselho deliberou sobre a quantidade de alunos no Ensino Fundamental, considerando primeiramente a metragem das salas, conforme estabelece a Resolução SS-493/1994. Foi definido que as turmas de 1º e 2º anos, por serem classes de alfabetização, terão um máximo de 25 alunos por sala. Para as turmas do 3º, 4º e 5º anos, foi deliberado um limite de 30 alunos por classe. O conselho deliberou que será permitido um acréscimo de até 10% sobre as quantidades definidas. A Conselheira Nelma destacou o artigo que trata do atendimento aos alunos do público-alvo da educação especial, estabelecendo que as turmas deverão ser reduzidas em dois alunos guando houver estudante com diagnóstico matriculado na classe. Esta redução considerará a gravidade do quadro apresentado, bem como a existência de cuidador ou apio pedagógico. Ana Paula aproveitou a oportunidade para apresentar aos membros do Conselho o Memorial de Gestão, um documento que detalha as realizações e os avanços obtidos ao longo dos quatro anos de sua liderança na Secretaria Municipal de Educação. Ela destacou que o material foi entregue à equipe de transição antes do prazo estipulado e também encaminhado ao Ministério Público. Em relação ao recurso do Programa Escola de Tempo Integral, Ana Paula apresentou o montante pactuado, no valor de R\$ 335.814,05 (trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e cinco centavos), dividido igualmente entre despesas de custeio e de capital. Encerrada a reunião, a ata foi lida, aprovada e devidamente assinada por todos os presentes. nelyo alua Ils Riners

Juquiá, 27 de novembro de 2024.

Johns de Luna Rodrigues Tura

imore Pivvii Rosa

Pustiane da & Barbon

Renata Motta Silva dima de Souga

Ina Paula martin

I pida fanos

Moreira de Lina e da Salva Sants Nunes dos lantos

Codeira